



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 5 DE JANEIRO DE 2018.**

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 16/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 15/2017; -----
2. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 17/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 16/2017; -----
3. Fundo de Maneio para o Ano de 2018; -----
-
4. Atribuição de Apoios às Freguesias para o Ano de 2018; -----
5. Atribuição de Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor para o Ano de 2018; -----
6. Proposta de Encargos - Despesas com Pessoal para 2018; -----
7. Proposta de Inclusão do Saldo Transitado do ano de 2017 nos Fundos Disponíveis; -----
8. Adenda ao Protocolo celebrado entre o Município de Penamacor e a Opaflor;
9. Proposta de redução de taxas – Processo 24/2016 – Ibersaco, S.A; -----
10. Proposta de redução de taxas – Processo 28/2016 – Euromel,Lda; -----
11. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 20 de dezembro do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, entregou aos senhores vereadores informação da celebração/renovação dos contratos de aquisição de serviços, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

Desejou votos de um bom ano de 2018 repleto de prosperidade, paz e saúde. - Solicitou que a próxima reunião de câmara se realize no dia 18 de janeiro do corrente ano, por motivo de representação do município no dia 17. -----

A Sr.ª Vereadora Sandra Vicente considerou o balanço do evento Vila Madeiro muito positivo, com muita afluência de visitantes, salientando uma mais-valia a introdução da “Corrida Solidária”, atividade da Associação Desportiva Penamacorense em parceria com o município. -----

O Sr. Vereador Domingos Torrão congratulou-se com o evento Vila Madeiro, salientando o facto de existir capacidade para dar continuidade a este e outros eventos que surjam, designadamente com a oferta de alojamento que existe em Penamacor. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

**1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 16/2017 E
ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 15/2017. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 19 de dezembro de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

**2 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 17/2017 E
ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 16/2017. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 28 de dezembro de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

3 – FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2018. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Considerando que em casos de reconhecida necessidade, a Câmara Municipal pode autorizar a constituição de fundos de maneo que se destinam ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, nos termos do ponto 2.3.4.3. do POCAL; -----

Considerando que para efeitos de controlo dos fundos de maneo, o Órgão Executivo aprovou na sua reunião ordinária de sete de Julho de dois mil e quatro, um Regulamento Municipal de Sistema de Controlo Interno, que estabelece na Secção VI os procedimentos e medidas de controlo interno para a Constituição, Reconstituição, Reposição e Análise dos Fundos de Maneio; ----

Propõe-se, nos termos do citado Regulamento, a constituição do seguinte fundo de maneo e respetivas despesas orçamentais autorizadas, para o ano de 2018: -----

Responsável: Carla Isabel Nunes Matos, no montante de €2.500,00 (Dois mil quinhentos euro). -----

Natureza das despesas autorizadas por rubrica de classificação económica: ----

02010202 – Gasóleo - €500,00; -----

020120 – Material de Educação, Cultura e Recreio – €250,00; -----

020121 – Outros Bens - €200,00; -----

020209 – Comunicações - €75,00; -----

020213 – Deslocações e Estadas - €750,00; -----

020225 – Outros Serviços - €500,00; -----

06020305 – Outras despesas correntes - €225,00; -----

A reconstituição e reposição deste fundo serão efetuadas de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e com o art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho. -----

Considerando que o valor do Fundo de Maneio atribuído à responsável Carla Isabel Nunes Matos totaliza um montante elevado, fica esta autorizada a guardá-lo no cofre da Tesouraria da Câmara Municipal, em recetáculo independente e devidamente identificado no exterior com a descrição “Fundos de Maneio”, passando a poder usufruir do correspondente Abono para falhas.

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Porque também é necessário, determino que nas suas ausências, a responsável pelo manuseamento do Fundo passe a ser a funcionária com responsabilidades de Tesoureira, (Maria João Gonçalves Cruchinho Esteves Carreirinho ou Carina Andreia Moiteiro dos Santos), devendo para isso, na véspera, procederem em conjunto à conferência dos valores do Fundo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2018. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar sobre formas de apoio às freguesias, para promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) no n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma; -----

Considerando o interesse e a importância para as freguesias na manutenção das formas de apoio traduzidas em transferências mensais (duodécimos), para fazer face a despesas correntes; -----

Considerando que a próxima Assembleia Municipal deverá ter lugar em fevereiro de 2018, mas que urge atribuir os apoios em causa, propõe-se que seja deliberado atribuir às freguesias os apoios que constam do mapa anexo, a transferir em duodécimos, no ano de 2018; -----

Tendo em conta que a competência pertence à Assembleia Municipal, deverá a deliberação que aprove a presente proposta ser submetida a ratificação do órgão deliberativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Para a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, a título de transferências correntes €53.208,00. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Para a União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta, a título de transferências correntes €32.844,00. -----

Para a Freguesia de Aranhas, a título de transferências correntes €16.308,00. -

Para a Freguesia de Meimão, a título de transferências correntes €15.816,00. --

Para a Freguesia de Meimoa, a título de transferências correntes €16.692,00. --

Para a Freguesia de Salvador, a título de transferências correntes €18.528,00. -

Para a Freguesia de Vale da Senhora da Póvoa, a título de transferências correntes €13.356,00. -----

Para a Freguesia de Benquerença, a título de transferências correntes €19.092,00". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2018. -----

A Senhora Vereadora Sandra Vicente comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito da competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea o), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, propõe-se a atribuição de €150.000,00 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, a transferir por duodécimos no ano de 2018, a título de transferências correntes”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

A Senhora Vereadora regressou à sala de reuniões. -----

6 – PROPOSTA DE ENCARGOS – DESPESAS COM PESSOAL PARA 2018.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, prevê nas várias alíneas do nº 1 do artigo 31º quais os tipos de encargos relativos a trabalhadores que devem ser previstos em sede de orçamento municipal. Determina o nº 2 do mesmo artigo 31º que compete ao dirigente máximo do serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, devendo tal decisão ser tomada no prazo de 15 dias após início da execução do orçamento. Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 27º do mesmo diploma, as competências inerentes à qualidade de empregador público, que na administração direta é o dirigente máximo do serviço, são exercidas na administração autárquica pelo presidente da câmara municipal. Em consequência, seria ao Presidente da Câmara que caberia exercer a competência prevista no nº 2 do artigo 31º da LTFP, descriminando as verbas a afetar a cada um dos tipos de encargos com trabalhadores previstos nas alíneas do nº 1 do mesmo artigo. Sucede que se mantém em vigor o Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que, sendo especial, prevalece, o qual atribui à Câmara Municipal no nº 2 do seu artigo 5º, a competência para a decisão quanto aos montantes a afetar aos encargos com pessoal. -----

Assim, propõe-se que a afetação a cada um dos tipos de encargos, dos seguintes montantes máximos para o ano de 2018, conforme previsto no Orçamento (classificações orgânicas: 01 Administração Autárquica e 02 Câmara Municipal e classificação económica: 01 – despesas com pessoal): ----

a) Encargos relativos a remunerações: € 1.983.505,00€; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

b) Encargos relativos aos postos de trabalho a recrutar previstos no mapa de pessoal: € 135.001,00€; -----

c) Encargos com alterações do posicionamento remuneratório: € 100.001,00€; Desconhecendo-se, se existirão alterações que consequentemente venham a alterar os encargos relativos a prémios de desempenho, não se afetam verbas aos encargos referidos nas alínea d) do n.º 1 do artigo 31º da LTFP”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – PROPOSTA DE INCLUSÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO DE 2017 NOS FUNDOS DISPONÍVEIS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

1. Para cumprimento do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), ter-se-á que proceder: -----

a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo, ao registo dos compromissos pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e fundações;

b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo, o registo dos compromissos deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos); -----

2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de seis meses, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; -----

3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de seis meses; -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

4. A alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 02 de junho, determina que “integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor”; -----

5. Nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 4.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, é competência da Câmara; -----

6. O Município necessita, de dispor de fundos disponíveis para fazer face a despesas imprescindíveis constantes dos documentos previsionais aprovados para o corrente ano; -----

7. Nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara aprovar os documentos de prestação de contas;

8. Que o mapa de fluxos de caixa integra os documentos de prestação de contas; -----

9. Que o saldo da gerência anterior só pode ser integrado com aprovação dos fluxos de caixa. -----

PROPÕE-SE: -----

1. Aprovação do MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2017; -----

2. Autorização nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 4.º da LCPA, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, da integração nos fundos disponíveis, dos saldos transitados do ano anterior, nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 02 de junho”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENAMACOR E A OPAFLOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Em 2 de janeiro de 2003 foi celebrado protocolo entre o Município de Penamacor e a OPAFLOR-Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa para constituição de uma equipa de sapadores florestais na área do concelho de Penamacor. Mediante protocolo assinado em 2 de janeiro de 2011, ratificado pela Câmara Municipal na reunião de 3 de fevereiro do mesmo ano, foi acordada a gestão da equipa de sapadores florestais. Por deliberação do dia 6 de maio de 2016, a Câmara Municipal aprovou uma adenda ao protocolo para atualização do valor anual. -----

-

Interessa agora introduzir alguns ajustes ao acordado, designadamente no que concerne ao momento dos pagamentos a realizar, mantendo-se embora o valor anual de 25.000,00. Assim, importa retificar o teor da alínea a) da cláusula 6ª, como segue, mantendo-se válido todo o restante conteúdo do documento na sua redação atual. -----

Assim, propõe-se que seja deliberado autorizar a celebração com a OPAFLOR-Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa, de Adenda ao Protocolo assinado em janeiro de 2011, cuja redação foi já objeto de alteração em 2016, por forma a que a alínea a) da cláusula 6ª passe a ter a seguinte redação: -----

Cláusula 6ª -----

A avença referente à alínea a) da cláusula 5.ª será paga de acordo com as seguintes mensalidades, a realizar até ao oitavo dia de cada mês por transferência bancária ou cheque: -----

- Mês de janeiro: € 3.500,00; -----

- Mês de fevereiro: € 7.000,00; -----

- Mês de março: € 5.000,00; -----

- Mês de junho: € 7.000,00; -----

- Mês de setembro: € 2.500,00.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

9 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 24/2016 – IBERSACO, S. A. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito do processo de construção de pavilhão industrial e cobertura de zona de circulação na Zona Industrial de Penamacor (processo nº 24/2016), vem a requerente Ibersaco, S.A. solicitar a redução de taxas no referido processo de obras. -----

A requerente prova ter domicílio fiscal neste concelho de Penamacor, pelo que, ao abrigo do nº 7 do artº 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010), pode ser concedida redução de taxas até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º do em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à requerente Ibersaco, S.A. a redução de 50% no valor das taxas devidas por todo o processo de construção de pavilhão industrial e cobertura de zona de circulação na Zona Industrial de Penamacor (processo nº 24/2016), conforme o respetivo projeto apresentado na Divisão de Obras deste Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 28/2016 – EUROMEL, LDA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito do processo de alteração e ampliação das suas instalações na Quinta dos Pocinhos em Penamacor (Processo de Obras nº 28/2016), vem a requerente Euromel, Lda solicitar a redução de taxas no referido processo de obras. -----

A requerente prova ter domicílio fiscal neste concelho de Penamacor, pelo que, ao abrigo do nº 7 do artº 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010), pode ser concedida redução de taxas até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º do regulamento em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%.

Por lapso dos serviços, foi proposto a deliberação da redução de taxas apenas referente à emissão do alvará de utilização, (deliberação tomada em reunião camarária nº 13 de 10 de Julho de 2017) quando, deveria ter sido proposto a redução de taxas para todo o processo de licenciamento da referida obra, aliás à semelhança de outros pedidos de redução de taxas. -----

Nestes termos, e, em aditamento à deliberação tomada em reunião camarária nº 13 de 10 de Julho de 2017, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à requerente Euromel, Lda a redução de 50% no valor das taxas devidas para todo o processo de licenciamento da obra referente ao processo nº 28/2016), conforme o respetivo projeto apresentado na Divisão de Obras deste Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

11 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.961.208,90 euro e uma despesa também acumulada de 8.024.913,87 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e dez minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares